

CARTA DE MACEIÓ

É entre o alívio e a apreensão que nos reunimos neste XXVIII Encontro Nacional de Economia Política que ocorre em Maceió. Alívio, porque depois de um longo período sob o governo de um presidente da República fascista, a derrota eleitoral de Bolsonaro e a vitória de Lula nos colocam sob uma nova perspectiva humanitária e civilizatória. Mas também apreensão, porque a derrota eleitoral do fascismo ainda não significou sua derrota política. O fascismo e o bolsonarismo ainda seguem presentes no seio da sociedade e com ampla representação. A tentativa de golpe em 8 de janeiro foi a face mais visível da sua truculência, mas ambos se travestem também de uma face democrática, quando se organizam no Parlamento brasileiro e aprovam: o Marco Temporal (PL 490/07), que significará enorme retrocesso no processo de demarcação de Terras Indígenas; o esvaziamento dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas; a CPI do MST etc.

A agenda econômica do governo Lula também nos proporciona alívio e apreensão. Por um lado, a recomposição de parte dos orçamentos da educação superior e da pesquisa científica aponta para um horizonte de valorização do saber e fim do negacionismo que marcou a última quadra histórica; por outro lado, esta recomposição vem em velocidade ainda aquém da necessidade de reconstrução das universidades e de todo o aparato de produção científica do País, depois de anos de desmonte.

E aqui reside outra fonte de apreensão: a agenda de austeridade que marcou os últimos anos na condução da política econômica insiste em

se impor. O Novo Arcabouço Fiscal apresentado pelo Ministério da Fazenda desconstitucionalizou uma das mais duras regras fiscais — o teto de gastos, expresso na Emenda Constitucional 95, por diversas vezes denunciado pela SEP e seus associados. A revogação desta Emenda constitui importante avanço. Todavia, o Novo Arcabouço Fiscal foi construído na mesma lógica da famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal: busca reduzir a relação dívida pública/PIB por meio de metas de resultado primário e de mecanismos de controle sobre os gastos públicos sob o já mal-fadado pretexto de conquistar a confiança dos agentes econômicos. Seus efeitos nós conhecemos bem: restrição à ampliação da despesa pública, constringendo a expansão da oferta de serviços e investimentos públicos. Na sua tramitação na Câmara dos Deputados, as restrições foram ampliadas, constituindo um verdadeiro garrote ao Estado brasileiro. O Novo Arcabouço não supera o persistente quadro de políticas de austeridade que têm marcado a política econômica brasileira dos últimos anos. E como a SEP vem alertando há tempos: a austeridade provoca desemprego, disciplina a classe trabalhadora, abre uma avenida de possibilidades para a acumulação privada na forma das privatizações e da mercantilização da vida, concentra renda e serve ao rentismo.

Soma-se a ela a herança de um arcabouço neoliberal cujos efeitos também os associados da SEP bem conhecem e têm denunciado ao longo do tempo, e cuja reversão precisa ser encarada de frente: um Banco Central autônomo a serviço do rentismo; a privatização de empresas estatais estratégicas, como os casos mais recentes da Eletrobrás e da BR Distribuidora; o desmonte do sistema de bancos públicos federais; a reforma trabalhista; a reforma previdenciária, entre tantas outras.

Finalmente, no Encontro Nacional de Economia Política sediado em Macaíó, a SEP não poderia deixar de denunciar o crime cometido pela Braskem, decorrente da exploração irresponsável do sal-gema, a qual provocou afundamento do solo e inviabilizou a vida em mais de 20 mil residências em cinco bairros, atingindo mais de 60 mil pessoas, que se viram obrigadas,

repentinamente, a abandonar seus lares. Quando a Braskem reconhece sua responsabilidade, oferece indenizações subavaliadas, empurrando as vítimas para lugares mais distantes, retirando das famílias seus vínculos locais e afetivos e precarizando suas condições de vida.

Neste sentido, a SEP, reunida em Maceió, não pode tergiversar: derrotar o fascismo na política e o neoliberalismo e a austeridade na economia representa os desafios de primeira ordem que devem nortear economistas críticos nas próximas jornadas.

Maceió, 8 de junho de 2023